



## CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

### Ata da 34ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Ordinária

1 Ao quinto dia do mês de março de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, iniciou-se a trigésima quarta plenária ordinária, realizada virtualmente, do décimo oitavo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram nessa ocasião: Alessandra Santos de Almeida, Ana Paula Soares da Silva, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Célia Zenaide da Silva, Isabela Saraiva de Queiroz, Izabel Augusta Hazin Pires, Katya Luciane de Oliveira, Maria de Jesus Moura, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marisa Helena Alves, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Norma Celiane Cosmo, Robenilson Moura Barreto, Rodrigo Acioli Moura e Tahiná-Khan Lima Vianey. Izabel Augusta Hazin Pires, no papel de Conselheira Secretária, inicia a reunião saudando as<sup>1</sup> participantes e informa que Adinete Sousa da Costa Mezzalira, Dalcira Pereira Ferrão, Losiley Alves Pinheiro e Marina de Pol Poniwas não puderam participar por motivo de força maior. As justificativas foram aceitas pelo plenário. **1. ATAS 31ª E 32ª PLENÁRIAS - XVIII PLENÁRIO DO CFP.** Izabel comenta que o objetivo desse ponto é a apreciação das atas da 31ª e 32ª Plenárias. Ela pergunta se o plenário tem alguma observação e se elas estão aprovadas. **Encaminhamentos:** Atas das 31ª e 32ª Plenárias foram aprovadas por unanimidade. **2. EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA PCP EM COMEMORAÇÃO AOS 60 ANOS DA PSICOLOGIA.** Neuza Maria de Fátima Guareschi comenta que no dia vinte de dezembro a criação da Lei 5.766, que deu origem ao Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, completará 60 anos. Diante disso, a Comissão Editorial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão propõe a elaboração de uma edição especial em comemoração a essa data. Para essa edição especial comemorativa, a conselheira apresenta duas ideias: a primeira com convidados a partir de temáticas pré-definidas e a segunda por meio de edital. Houve um breve debate no plenário a respeito dos prós e contras de cada uma das opções apresentadas por Neuza, e ainda foi feita a sugestão da criação de um grupo de trabalho para coordenar o conjunto de ações em comemoração aos 60 anos da Psicologia. **Encaminhamentos:** a) O Plenário aprovou a elaboração de uma edição especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão em comemoração aos 60 anos da

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

31 regulamentação da Psicologia no Brasil; b) Incluir um subtítulo (tema) para a revista,  
32 alinhado ao mote central das atividades que serão propostas para comemorar tal data;  
33 c) A edição especial da revista Ciência e Profissão deverá ser elaborada por meio de  
34 edital aberto; d) Pensar na hipótese de fazer uma outra publicação (ex: e-book) com a  
35 participação das entidades do FENPB (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia  
36 Brasileira); e) Pautar para a próxima plenária a criação de uma comissão para  
37 formatar o calendário das atividades comemorativas incluindo a definição do tema da  
38 edição especial da revista; f) A Gerência de Comunicação, Gerência Técnica e  
39 Coordenação Geral do CFP devem auxiliar a comissão no desenvolvimento do  
40 calendário das atividades comemorativas. **3. RETOMADA DO JULGAMENTO**  
41 **DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS EM GRAU DE RECURSO.** Miraci  
42 Mendes, Coordenadora Geral do CFP, relembra que desde o início dessa gestão, em  
43 função da pandemia, o julgamento de processos administrativos direcionados ao CFP,  
44 em grau de recurso, encontram-se suspensos. Contudo, conforme análise interna  
45 prévia, já houve o entendimento de que a suspensão dos referidos prazos não impede  
46 a tramitação interna, tanto pelos regionais quanto pelo CFP, desde que não  
47 extrapolem os limites das instruções normativas. De igual modo, avaliou-se que,  
48 diferentemente dos processos disciplinares éticos, não há óbice para que os processos  
49 administrativos sejam apreciados, por exemplo, em sessão plenária online, uma vez  
50 que prescindem de sustentação oral e de presença das partes. Frente a isso destaca-se  
51 a necessidade de se retomar o julgamento dos processos administrativos que se  
52 encontram em trâmite no CFP, sobretudo em atenção à necessidade das profissionais  
53 que aguardam deliberação quanto aos seus respectivos recursos, relacionados a fins  
54 diversos, como título de especialista, registro de pessoa jurídica, dentre outros. No  
55 momento, há um total de dez processos administrativos em trâmite no âmbito do  
56 CFP, dentre estes, oito já foram distribuídos às respectivas relatoras previamente  
57 designadas e dois encontram-se em fase de análise de regularidade jurídica. Ana  
58 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega comenta que hoje, na Reunião de Presidentes,  
59 ficou pactuado que os regionais também voltarão a julgar processos administrativos e  
60 faz um destaque para a importância dessa retomada, considerando o impacto na vida  
61 profissional das psicólogas envolvidas. **Encaminhamentos:** O Plenário deliberou  
62 pela retomada dos julgamentos, agora na modalidade on line, dos processos  
63 administrativos. **4. INFORME PROCESSOS ÉTICOS.** Ana Sandra comenta que  
64 a maior parte da Reunião de Presidentes, que aconteceu hoje mais cedo, foi para  
65 debater o início dos julgamentos dos processos éticos pelo meio virtual, e conversar  
66 sobre o adiamento da publicação da Resolução que regulamenta tal modalidade. Ela  
67 comenta que nessa reunião foi abordada a questão da instalação das Câmaras  
68 Arbitrais de Mediação, quando na ocasião ela lembrou aos regionais que essa é uma  
69 determinação de APAF, instaurada em dois mil e dezesseis com a publicação de uma  
70 resolução. Mesmo sendo uma determinação, foi verificado que, aproximadamente,  
71 dez regionais ainda não possuem essa Câmara instalada. Ana Sandra comenta que o  
72 CFP está numa situação bastante delicada, pois existem doze regionais pressionando

---

<sup>1</sup> **No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.**

73 o CFP para publicar essa resolução e outros pressionando para não publicar a  
74 resolução, pois alegam não ter estrutura técnica para fazer isso. Ana Sandra comenta  
75 que foi solicitado aos regionais um detalhamento técnico daquilo que eles necessitam  
76 para implantar o julgamento ético on line, e aponta para uma possível necessidade de  
77 se contratar um servidor extra para a área de Tecnologia do CFP, para auxiliar  
78 diretamente esses regionais na implantação desse novo recurso de julgamento. Miraci  
79 explica que na próxima segunda será feita uma reunião interna com o departamento  
80 de Tecnologia para elaboração de uma estratégia de auxílio aos regionais.  
81 **Encaminhamentos:** Não houve. **5. REPRESENTAÇÃO DE IZABEL HAZIN**  
82 **NA CCAP E GTS DO CFP.** Izabel comenta que ao aceitar o convite para o cargo  
83 de Conselheira Secretária, ela sentiu a necessidade de repensar sua participação em  
84 alguns espaços nos quais ela é representante do CFP. A conselheira comenta que  
85 optou por manter sua atuação, como representante do CFP, nos espaços que trata  
86 sobre “Educação Inclusiva” e também no GT de Neuropsicologia, junto com a  
87 conselheira Katya de Oliveira. Frente a isso, ela pede a aprovação do plenária para  
88 essa sua escolha, e ainda a indicação de novos representantes para os espaços: GT de  
89 APAF "Revisão da Resolução CFP 02/2016" e na CCAP (Comissão Consultiva em  
90 Avaliação Psicológica). Katya faz uma breve exposição dos pré-requisitos exigidos  
91 para compor a CCAP. **Encaminhamentos:** a) O Plenário aprovou a continuidade da  
92 conselheira Izabel Augusta Hazin Pires como representante do CFP no GT de  
93 Neuropsicologia; b) O Plenário aprovou a substituição da conselheira Izabel do GT  
94 de APAF "Revisão da Resolução CFP 02/2016" pela conselheira Katya de Oliveira,  
95 que passará a ser a coordenadora deste GT; c) O Plenário aprovou a manutenção da  
96 conselheira Katya de Oliveira como única coordenadora da CCAP. **6. FNPE -**  
97 **CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (CONAPE) -**  
98 **COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ORGANIZADORAS.** Norma Celiane  
99 Cosmo informa que em fevereiro de dois mil e vinte e um, o Fórum Nacional Popular  
100 de Educação (FNPE) encaminhou um ofício ao CFP informando que foram formadas  
101 três comissões internas voltadas à organização da Conape 2022 (Conferência  
102 Nacional Popular de Educação) e que exigem a efetiva participação de todas as  
103 entidades do Fórum, sendo elas: Comissão de Sistematização; Comissão de  
104 Infraestrutura e Financiamento e Comissão de Comunicação e Mobilização. O FNPE  
105 solicita que o CFP designe ao menos um representante para, pelo menos, uma das  
106 Comissões, para o bom andamento das atividades de preparação e organização da  
107 Conape. Cada comissão tem um coordenador e as reuniões destas já estão  
108 acontecendo. A conselheira acrescenta que as etapas preparatórias da Conape 2022 já  
109 terão início neste ano. **Encaminhamentos:** a) O Plenário aprovou a participação do  
110 CFP na organização da Conape 2022; b) Ficou definido que o CFP irá convidar  
111 entidades como ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em  
112 Psicologia), ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), ABRAPÉE  
113 (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional) entre outras, para  
114 colaborarem. **7. PROJETOS DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A JORNADA DE**

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

115 **30 HORAS PARA PSICÓLOGAS.** Miraci comenta que o CFP monitora dois  
116 Projetos de Lei que estão no Congresso Nacional que dispõem sobre a jornada de  
117 trinta horas para as psicólogas: PL 1214/2019 de autoria da deputada Érika Kokay  
118 (PT/DF) e PLS 511/2017 de autoria da Comissão de Direitos Humanos. Miraci  
119 comenta que a proposta do CFP é fomentar audiências públicas e estabelecer  
120 conversas com parlamentares. **Encaminhamentos:** a ) CFP e FENAPSI (Federação  
121 Nacional dos Psicólogos) vão solicitar à Deputada Erika Kokay que realize  
122 audiências públicas para discussão das 30 horas semanais; b) O CFP deve convidar  
123 também outras entidades, como a SBPOT (Sociedade Brasileira de Psicologia  
124 Organizacional e do Trabalho) e entidades sindicais da Psicologia que tenham relação  
125 com essa questão; c) O conselheiro Antonio Virgílio Bittencourt Bastos irá  
126 acompanhar o tema e participar da audiência com o Relator. **8. DIVULGAÇÃO**  
127 **DA RESOLUÇÃO DO CNDH Nº 40/2020 - SOBRE DIREITOS DA**  
128 **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.** Rodrigo Acioli relembra que em  
129 outubro de dois mil e vinte, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH)  
130 aprovou a Resolução CNDH Nº 40/2020, que "dispõe sobre as diretrizes para  
131 promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de  
132 acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua". Rodrigo,  
133 enquanto representante do CFP na Comissão Permanente de Direitos da População  
134 em Situação de Rua, bem como o representante do plenário na Comissão Nacional de  
135 Direitos Humanos (CNDH), Rogério Giannini, sugerem que o CFP produza uma  
136 matéria para divulgação da referida resolução em suas mídias, além de entrevista com  
137 Psicólogas que trabalham com população em Situação de Rua, abordando a  
138 importância da chegada desta resolução e de como ela afeta o trabalho delas.  
139 **Encaminhamentos:** a) O Plenário aprovou a proposta de fazer entrevistas com  
140 profissionais que trabalhem com população em situação de rua para que eles abordem  
141 a importância da chegada desta resolução e de como ela afeta o trabalho delas; b)  
142 Foram indicados para as entrevistas: i) Teresa Nobre da Universidade Federal do Rio  
143 Grande do Norte, ii) Rita do Socorro Souza Rodrigues; iii) Eduardo Mota  
144 coordenador da Comissão de População em Situação de Rua da CNDH; iv) CFP deve  
145 buscar indicação de mais uma profissional. **9. VIII CONGRESSO DA ULAPSI -**  
146 **ONLINE E PRESENCIAL.** Anna Carolina Lo Bianco Clementino comenta que o  
147 VIII Congresso Latino-Americano de Psicologia foi reagendado para os dias três,  
148 quatro e cinco de junho de dois mil e vinte e um, e ocorrerá nas modalidades  
149 presencial e online. Ela comenta que na última reunião da ULAPSI, ocorrida em  
150 fevereiro de dois mil e vinte e um, foi explicitado que as entidades brasileiras que  
151 desejassem apresentar trabalhos poderiam realizar suas inscrições diretamente em  
152 formulário a ser disponibilizado via Google, até o dia trinta de março, e finaliza sua  
153 fala perguntando se tem alguma conselheira que tem interesse em participar.  
154 **Encaminhamentos:** a) Ficou definido que a Conselheira Anna Carolina irá enviar no  
155 grupo do plenário de WhatsApp a programação do Congresso para que as  
156 conselheiras avaliem se há interesse em participar; b) Izabel sugeriu a inclusão de

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscrites', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

157 uma mesa que fale sobre as ações de enfrentamento à pandemia, especialmente em  
158 relação às populações vulneráveis; c) Virgílio sugeriu uma mesa sobre os impactos da  
159 pandemia no trabalho da psicóloga; d) Anna Carolina sugeriu uma mesa sobre  
160 violências e subjetividades na perspectiva da pandemia; e) Pautar para a próxima  
161 Plenária um debate sobre a situação da ULAPSI na perspectiva da gestão. **10.**  
162 **POSICIONAMENTO DO CFP SOBRE PUBLICIDADE INFANTIL -**  
163 **SOLICITAÇÃO DO INSTITUTO ALANA PARA A ADI 5631.** Daniel Arruda,  
164 Gerente de Relações Institucionais do CFP, explica que em março de dois mil e vinte  
165 e um o Instituto Alana, por meio de seu programa Criança e Consumo, enviou ofício  
166 ao CFP solicitando à autarquia o envio de memoriais no âmbito da Ação Direta de  
167 Inconstitucionalidade (ADI) n. 5631 direcionados a todos os Ministros do Supremo  
168 Tribunal Federal (STF) sobre o posicionamento e preocupações do Conselho acerca  
169 dos impactos da publicidade infantil no desenvolvimento da criança, em especial no  
170 interior de instituições de ensino no Brasil. No ofício, o Alana apresenta o contexto  
171 de apresentação da ADI n. 5631 e faz referência a uma publicação anterior do CFP  
172 sobre o tema: "Contribuição da Psicologia para o fim da publicidade dirigida à  
173 criança", de autoria do professor Yves de La Taille. Daniel destaca que a conselheira  
174 Marina de Pol Poniwas acompanha as discussões acerca dessa temática e que ela já  
175 iniciou um diálogo com o representante do Instituto Alana para melhor compreensão  
176 da demanda, e finaliza sua fala destacando os objetivos desse ponto que são deliberar  
177 sobre o pedido do Instituto Alana para que o CFP envie memoriais, e ainda, indicação  
178 de conselheiras e/ou colaboradoras para orientar a redação de uma minuta de  
179 posicionamento do CFP sobre o tema, se for o caso. **Encaminhamentos:** a) Foi  
180 formado um grupo para elaborar a redação de minuta de posicionamento atual do  
181 CFP sobre o tema, sendo composto por Marina de Pol Poniwas, Ana Paula Soares da  
182 Silva, Izabel Augusta Hazin Pires e Iolete Ribeiro; b) Este grupo poderá convidar  
183 outras colaboradoras, caso necessário. A reunião plenária foi encerrada às dezoito  
184 horas e trinta minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires,  
185 Conselheira-Secretária, e assinada por todos as presentes nomeadas.

---

<sup>1</sup> No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 09/05/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 13/05/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 16/05/2022, às 02:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robenilson Moura Barreto, Conselheira(o)**, em 18/05/2022, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tahina-Khan Lima Vianey, Conselheira(o)**, em 20/05/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Norma Celiane Cosmo, Conselheira(o)**, em 27/05/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 11/06/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 14/06/2022, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria De Jesus Moura, Conselheira(o)**, em 04/07/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 27/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0546245** e o código CRC **294B6CB5**.

